



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 3.380, DE 2004

“Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, para assegurar aos maiores de sessenta anos e seus beneficiários com igual idade o direito ao complemento de atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.”

Autor: **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**
Relator : Deputado **CORIOLOANO SALES**

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei decorreu de sugestão apresentada por organizações sociais à Comissão de Legislação Participativa, que resolveu aprová-la e apresentá-la à tramitação na Casa. De acordo com seu teor, é reduzida de setenta para sessenta anos a idade para que os titulares de contas do FGTS possam beneficiar-se do complemento de atualização monetária em parcela única, previsto pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que opinou pela sua aprovação nos termos do Substitutivo do Relator, que, em essência, reabriu a possibilidade de adesão ao acordo de pagamento em parcela única. A esta Comissão de Finanças e Tributação cabe, agora, dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito, sendo, por fim, o projeto enviado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista de adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, devemos salientar que, embora a idade-limite para o usufruto do benefício tenha sido reduzida e, pelo Substitutivo da Comissão de Trabalho, o prazo para adesão tenha sido reaberto, as



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

eventuais despesas geradas não podem ser consideradas “despesas obrigatórias de caráter permanente”, conforme conceituado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista seu limitado alcance no tempo. Além disso, é importante lembrar que os recursos do FGTS são de propriedade dos titulares das contas vinculadas, não constituindo, portanto, recursos públicos ordinários, como os que integram o Orçamento Geral da União. Não há razão, portanto, para se exigir a estimativa de impacto orçamentário e o correspondente cancelamento de despesas.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de concordar tanto com a Comissão de Legislação Participativa, como com a Comissão de Trabalho, no sentido de que fixar a idade-limite em setenta anos é absolutamente incompatível com a realidade brasileira e com o atual ordenamento jurídico. O próprio Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2004) reconhece que a idade além da qual o trabalhador merece cuidados especiais é sessenta anos.

Diante do exposto, votamos pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.380, de 2004, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em

Deputado **CORIOLOANO SALES**
Relator